

Emília Viotti da Costa

DA MONARQUIA À REPÚBLICA

MOMENTOS DECISIVOS



UNESP
Editora

CAPÍTULO 3

LIBERALISMO: TEORIA E PRÁTICA¹

A primeira tarefa dos homens que assumiram o poder depois da Independência foi substituir as instituições coloniais por outras mais adequadas a uma nação independente. Não se tratava de homens inexperientes que enfrentavam pela primeira vez problemas relacionados com política e administração. Eram, na sua maioria, homens de mais de cinquenta anos, com carreiras notáveis de servidores públicos, que haviam desempenhado vários cargos a serviço da Coroa portuguesa durante o período colonial e, por isso, estavam bem preparados para levar a cabo a sua missão.

Entre os que se reuniram na Assembléia Constituinte se encontravam vários sacerdotes, fato nada surpreendente num país em que a Igreja havia tido o monopólio da cultura e o clero sempre desempenhara papel importante na administração. Os outros eram funcionários públicos ou profissionais liberais: advogados, médicos, professores diplomados na Universidade de Coimbra ou em alguma outra instituição europeia, uma vez que não existiam universidades no Brasil. Havia também comerciantes e fazendeiros. Mas, qualquer que fosse sua condição social ou

¹ Tradução revisada de *The Brazilian Empire, Myths and Histories*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

profissional, os deputados à Assembléia Constituinte estavam unidos por laços de família, amizade ou patronagem a grupos ligados à agricultura e ao comércio de importação e exportação, ao tráfico de escravos e ao comércio interno. Não é, pois, de espantar que tenham organizado a nação de acordo com os interesses desses grupos.

Atribuindo a instabilidade dos demais países latino-americanos à forma republicana de governo, as classes dominantes brasileiras adotaram, em 1822, uma monarquia constitucional com a qual esperavam conseguir unidade e estabilidade política. Aterrorizados pelos espectros da Revolução Francesa e da revolta de escravos no Haiti, desconfiavam tanto do absolutismo monárquico quanto dos levantes populares revolucionários e estavam decididos a restringir o poder do imperador e a manter o povo sob controle. Para levar a cabo seu projeto encontraram sua principal fonte de inspiração no liberalismo europeu.

O liberalismo brasileiro, no entanto, só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. Considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, de modo que possamos definir a especificidade do liberalismo brasileiro.² Em outras palavras, é preciso desconstruir o discurso liberal.

Na Europa, o liberalismo foi originalmente uma ideologia burguesa, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e à crise do mundo senhorial. As noções liberais surgiram das lutas da

2 Nelson Saldanha, *História das idéias políticas no Brasil*. Rio de Janeiro, 1968; Maria Stella Bresciani, *Liberalismo, ideologia e controle social*. São Paulo, 1976. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; José Onório Rodrigues, *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro, 1965; Paulo Mercadante, *Consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro, 1965. Para uma análise das relações entre patronagem e liberalismo, consultar Roberto Schwarz, *As idéias fora do lugar*. *Novos Estudos Cebrap* (São Paulo), v.3, p.151-61, 1973; Maria Sylvia Carvalho Franco, *As idéias estão no lugar*. *Debates* (São Paulo), p.61-4, 1976; Carlos Nelson Coutinho, *Cultura brasileira: um intimismo deslocado à sombra do poder*. *Debates* (São Paulo), p.65-7, 1976.

burguesia contra os abusos da autoridade real, os privilégios do clero e da nobreza, os monopólios que inibiam a produção, a circulação, o comércio e o trabalho livre. Na luta contra o absolutismo, os liberais defenderam a teoria do contrato social, afirmaram a soberania do povo e a supremacia da lei, e lutaram pela divisão de poderes e pelas formas representativas de governo. Para destruir os privilégios corporativos, converteram em direitos universais a liberdade, a igualdade perante a lei e o direito de propriedade. Aos regulamentos que inibiam o comércio e a produção opuseram a liberdade de comércio e de trabalho.

Embora fosse radicada numa economia capitalista em expansão e na experiência burguesa, a mensagem liberal possuía um apelo suficientemente amplo para atrair outros grupos sociais que, por uma razão ou outra, se sentiam oprimidos pelas instituições do Antigo Regime. Por isso o liberalismo serviu à burguesia inglesa para reforçar sua posição no governo, à nobreza russa para lutar contra o czar, e ao povo francês para mandar Luís XVI, Maria Antonieta e alguns nobres para a guilhotina.

As idéias liberais foram utilizadas por grupos com propósitos diversos e em momentos distintos no decorrer do século XIX. Mas por toda parte onde os liberais tomaram o poder, seu principal desafio foi transformar a teoria em prática. Durante esse processo, o liberalismo perdeu seu conteúdo revolucionário inicial. Os direitos retoricamente definidos como universais converteram-se, na prática, em privilégios de uma minoria detentora de propriedades e de poder. Por toda parte as estruturas econômicas e sociais impuseram limites ao liberalismo e definiram as condições da sua crítica.

É impossível analisar aqui as contradições envolvidas nesse processo. Para o nosso propósito, é suficiente lembrar que a crítica do liberalismo apareceu na Europa já na primeira metade do século XIX, quando ficou claro que uma oligarquia do capital estava substituindo a oligarquia de linhagem. Os primeiros ataques ao liberalismo originaram-se entre grupos aristocráticos tradicionalmente privilegiados, os demais basearam-se na experiência das classes trabalhadoras.

No Brasil, os principais adeptos do liberalismo foram homens cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação. Muitos eram proprietários de grandes

extensões de terra e elevado número de escravos e ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção ao mesmo tempo que se libertavam do jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre-comércio. As estruturas sociais e econômicas que as elites brasileiras desejavam conservar significavam a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem e de valores que representavam a verdadeira essência do que os liberais europeus pretendiam destruir. Encontrar uma maneira de lidar com essa contradição (entre liberalismo, de um lado, e escravidão e patronagem, do outro) foi o maior desafio que os liberais brasileiros tiveram de enfrentar. No decorrer do século XIX, o discurso e a prática liberais revelaram constantemente essa tensão.

A condição colonial da economia brasileira, sua posição periférica no mercado internacional, o sistema de clientela e patronagem, a utilização da mão-de-obra escrava e o atraso da revolução industrial – que no Brasil só ocorreu no século XX –, todas essas circunstâncias combinadas conferiram ao liberalismo brasileiro sua especificidade, definiram seu objeto e suas contradições e estabeleceram os limites de sua crítica. Em outras palavras, a teoria e a prática liberais no Brasil, do século XIX, podem explicar-se a partir das peculiaridades da burguesia local e da ausência das duas classes que na Europa constituíram o seu ponto de referência obrigatório: a aristocracia e o proletariado.

Contrariamente ao que se tem sugerido às vezes,³ o compromisso das elites brasileiras com as idéias liberais não foi um simples gesto de imitação cultural, expressão de uma cultura colonial e periférica subordinada às idéias e aos mercados europeus. O liberalismo não foi um simples capricho das elites brasileiras, e os slogans liberais não foram usados meramente como símbolos do status “civilizado” dos que os invocavam, se bem que para alguns tenham sido apenas isso. Para a maioria, no entanto, as idéias liberais eram armas ideológicas com que pretendiam alcançar metas políticas e econômicas específicas.

Inicialmente, as idéias liberais foram uma arma na luta das elites coloniais contra Portugal. Nessa primeira etapa, os liberais eram revolucionários em termos de política e conservadores

3 Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas. Formas literárias e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, 1977.

em relação às questões sociais. A luta que na Europa era contra o absolutismo real era, no Brasil, luta contra o sistema colonial. Liberdade, igualdade, soberania do povo, autonomia, livre-comércio, todas essas palavras grandiloquentes, tão caras aos liberais europeus, possuíam conotações específicas no Brasil. Lutar pela liberdade e igualdade significava combater os monopólios e privilégios que os portugueses detinham e as restrições impostas por Portugal à produção e circulação de mercadorias, principalmente as restrições comerciais que obrigavam os brasileiros a comprar e vender através de Portugal, na dependência de mercadores portugueses; significava também lutar contra as exações do fisco, os entraves da justiça distante e arbitrária, o monopólio dos cargos e distinções pelos naturais de Portugal; lutar, enfim, contra as instituições prejudiciais aos proprietários de terras ou a seus prepostos ligados à economia de exportação, que, ao lado dos mercadores, constituíam o grupo mais poderoso da sociedade colonial. Lutar pela liberdade de expressão significava lutar pelo direito de criticar o pacto colonial. Lutar pela soberania do povo era lutar por um governo livre de ingerências estranhas, independente de favores e imposições arbitrárias da Coroa portuguesa.⁴ Os liberais brasileiros opunham-se à Coroa portuguesa na medida em que esta se identificava com os interesses da metrópole. A luta contra o absolutismo era, aqui, em primeiro lugar, luta contra o sistema colonial.

Essas reivindicações ganharam força à medida que o desenvolvimento da colônia, de um lado, e, de outro, a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa tornaram cada vez mais inadequado o sistema colonial tradicional, baseado no princípio do monopólio. Os “portugueses do Brasil”, que até então viam na Coroa portuguesa a mediadora dos conflitos entre os vários grupos – mercadores e fazendeiros, colonos e jesuítas, burocratas e fazendeiros –, perceberam com clareza crescente os antagonismos que os separavam de Portugal. A Coroa portuguesa deixou de representar, a seus olhos, os

4 Hipólito da Costa, *Antologia do Correio Braziliense*. Ed. Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, 1977; Antônio Joaquim de Mello (Ed.) *Typhis Pernambucano: obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife, 1878.

interesses de todos para representar apenas os interesses dos “portugueses de Portugal”.

A tomada de consciência necessária à ação dos colonos em favor do rompimento dos laços coloniais dar-se-ia mediante um lento processo em que nem sempre os significados eram claramente percebidos pelos colonos que se insurgiam contra o poder da Coroa, manifestando sua repulsa às restrições à importação de escravos, aos excessos do fisco ou a impedimentos postos pela Coroa ao livre-comércio. Os conflitos de interesses, as sublevações e as repressões violentas revelaram, progressivamente, a alguns setores da sociedade, o antagonismo latente. Quando os proprietários de terras, o clero, os comerciantes e os funcionários até então comprometidos com o sistema colonial se antagonizaram com o sistema, os princípios liberais apareceram como justificativa teórica dos movimentos revolucionários em prol da emancipação política do país.

O liberalismo “heróico”

Nos movimentos revolucionários dessa primeira fase, a retórica liberal atrai não apenas setores das elites, mas também outros grupos sociais: escravos que almejam a liberdade, a população livre e miserável que vive nos núcleos urbanos dedicando-se ao artesanato, que ambiciona livre acesso, sem nenhuma forma de discriminação, a todas as profissões, e a extinção dos privilégios que a riqueza instituiu e a situação colonial referendou. Aspirações democráticas e liberais confundem-se freqüentemente nas reivindicações generosas e abstratas dos primeiros movimentos revolucionários

Assim sendo, os conflitos de interesse que opunham uma classe a outra podiam ocultar-se temporariamente atrás do que parecia ser uma utopia universal, e os objetivos das elites podiam apresentar-se como objetivos de todos. Essa ilusão momentânea, no entanto, logo se dissiparia. Que as elites e o povo tinham propósitos diversos ficou claro já nas primeiras conspirações em prol da independência, quando as aspirações dos pretos e mulatos livres e escravos à liberdade e à igualdade se chocaram com a indiferença, senão a hostilidade, por parte das elites.

O exemplo mais patético das confusões e enganos engendrados pela retórica liberal deu-se em 1821, quando um grande número de escravos, ouvindo dizer que se estava a ponto de promulgar a Constituição, reuniu-se em Ouro Preto e áreas vizinhas para celebrar a liberdade tão longamente esperada. Não tardou, porém, que se dessem conta de que a comemoração era prematura.⁵ Com exceção de uns poucos indivíduos excêntricos, a elite brasileira não estava preparada para abolir a escravidão e tampouco percebia contradição alguma entre liberalismo e escravidão. Alguns chegaram até a sugerir que a Constituição incluísse um parágrafo declarando que o “contrato” entre senhores e escravos seria respeitado! Os que participaram da elaboração da Constituição preferiram, no entanto, uma outra ficção: silenciar sobre a escravidão. A Carta constitucional outorgada pelo imperador em 1824 não mencionava sequer a existência de escravos no país. Não obstante o artigo 179 definir a liberdade e a igualdade como direitos inalienáveis dos homens, centenas de negros e mulatos permaneceram escravos.

As expectativas das elites brasileiras e os limites do seu liberalismo são evidenciados no manifesto que o regente dirigiu ao povo brasileiro em 1º de agosto de 1822. O manifesto, ao que parece, fora escrito por Gonçalves Ledo, figura proeminente no movimento de Independência, político considerado por seus contemporâneos um liberal autêntico. O texto começava acusando as Cortes portuguesas de intentar restabelecer o monopólio português sobre o Brasil ao decretar o fechamento dos portos brasileiros aos estrangeiros. A seguir, acusava os portugueses de pretenderem libertar os escravos e armá-los contra os senhores – insinuação de grande efeito entre proprietários de terras e escravos. Atribuía, ainda, às Cortes a intenção de destruir a agricultura e as indústrias brasileiras e de reduzir os habitantes do Brasil ao estado de “pupilos e colonos”. Depois de ataques virulentos às Cortes, o manifesto estabelecia um programa liberal que prometia uma legislação adequada às circunstâncias locais; juízes honestos que acabassem com as maquinações das Cortes de justiça portuguesas; um código penal ditado pela “razão e humani-

⁵ Notícia de uma revolução entre os pretos no ano de 1821 em Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.5, p.158, 1900.

dade” que substituísse as “atuais leis sanguinosas (sic) e absurdas”; e um sistema fiscal que respeitasse “os suores da agricultura”, “os trabalhos da indústria”, os “perigos da navegação e a liberdade de comércio” e facilitasse “o emprego e a circulação de cabedais”. Para os que cultivavam as ciências e as letras, “aborrecidos ou desprezados pelo despotismo”, instigador da hipocrisia e falsidade, prometia honras e glórias, e uma “educação liberal” para os cidadãos de todas as classes sociais.⁶

A prática liberal

A proclamação de Independência um mês mais tarde trouxe o fim da fase heróica do liberalismo. Daí em diante, as elites enfrentaram a difícil tarefa de converter os ideais em realidade. Haviam conquistado seu objetivo principal: libertar a colônia da metrópole. O segundo objetivo era assegurar que o controle da nação permanecesse em suas mãos. Por isso, os debates mais sérios e o conflito mais grave ocorreram nas discussões sobre a delimitação dos poderes. Esse conflito foi renovado sempre que ficou evidente a intenção do imperador de invadir setores não especificados pela Constituinte como de atribuição do poder real. Mas na luta por afirmar a sua hegemonia, as elites tiveram que enfrentar não apenas a oposição do imperador, mas também as reivindicações populares.

O conflito entre as elites e o imperador emergiu já na primeira reunião da Assembléia Constituinte e as divergências tornaram-se mais profundas com o passar do tempo. Os liberais desejavam ampliar a esfera do poder legislativo em detrimento do poder real. A questão colocada já por ocasião da abertura da Constituinte, quando se discutiram os termos da Fala do Trono, seria retomada em outras ocasiões, por exemplo, quando da discussão sobre o modo de nomeação dos governos provinciais. A Assembléia tentaria também instituir o princípio da responsabilidade ministerial que lhe possibilitaria o controle do executivo, convocando ministros para prestar esclarecimentos, convite a

que estes freqüentemente se furtaram. Os liberais pretendiam ainda limitar o direito de veto do imperador recusando-lhe a iniciativa na elaboração e execução de leis e a direção das forças armadas, que queriam subordinar diretamente à Assembléia.⁷

A oposição liberal mostrava-se implacável nos ataques contra o imperador. Criticava o seu favoritismo em relação aos portugueses, condenava a inexistência de liberdade de imprensa e protestava contra a prisão de políticos dissidentes. Os que tentaram falar em favor do imperador, na Constituinte, foram veementemente repelidos pelos seus pares.

A tentativa de restringir seus direitos e limitar seus poderes evidentemente não agradou ao imperador. A última gota num copo já cheio ocorreu quando a Assembléia discutiu o direito de veto do imperador – um direito que a maioria dos liberais queria reduzir ao mínimo e alguns chegavam até mesmo a negar-lhe. O conflito entre o imperador e setores da elite interrompeu-se momentaneamente com a vitória do primeiro em 1823, quando enviou tropas para dissolver a Assembléia Constituinte e prender vários representantes do povo, alguns dos quais foram exilados.

No ano seguinte, em contraste com esse comportamento típico de um rei absolutista, o imperador aprovou uma Carta Constitucional. Com esse gesto, esperava aplacar as elites e, ao mesmo tempo, afirmar o seu poder. A Carta acompanhava de perto os anteprojetos apresentados pela Assembléia Constituinte e pelo Conselho de Estado, mas, como era de esperar, fortalecia o poder do Executivo. Segundo a Carta, o rei era responsável pela execução das leis aprovadas pelo Parlamento e pela nomeação e promoção de altos funcionários da burocracia civil, militar e eclesiástica. Além do que, teria a última palavra quanto a distribuição de recursos entre os diversos ramos da administração. Ficava reservado a ele, também, outorgar títulos de nobreza e conferir outros benefícios pessoais como recompensa por serviços prestados à Coroa. Conforme a tradição colonial do patronato real, cabia ainda ao imperador o direito de conceder ou negar permissão para a execução de bulas papais no país. Além dessas

⁶ Coleção das Leis do Brasil, 1822, p.125.

⁷ Para uma análise dos conflitos entre a Assembléia Constituinte e o imperador, ver os Anais do Parlamento Brasileiro, Assembléia Constituinte, 1823. Rio de Janeiro, 1874, 2v.

prerrogativas do executivo, o imperador gozava de outras que advinham do Poder Moderador, mediante o qual podia escolher seus ministros sem consultar o Parlamento, assim como suspender, adiar ou dissolver a Câmara e convocar novas eleições. Também tinha direito de nomear os membros do Conselho de Estado e escolher os senadores dentre uma lista de três candidatos que recebessem o maior número de votos numa eleição senatorial.

Se bem que a Carta Constitucional de 1824 concedesse poder considerável ao imperador, também criava condições para a formação de uma poderosa oligarquia. O cargo de senador era vitalício e, como a idade mínima requerida era de quarenta anos, os senadores podiam manter-se no cargo por muito tempo. De fato, ao fim do Império, cinco senadores poderiam vangloriar-se de ter permanecido no Senado por mais de quarenta anos. Os membros do Conselho de Estado, ministros e chefes dos partidos políticos eram escolhidos entre os senadores. Durante o Primeiro e o Segundo Impérios, 40% dos senadores receberam títulos de nobreza. Juntamente com os conselheiros de Estado, também vitalícios, os senadores constituíam um grupo influente, invejado e respeitado. O apoio desses homens era decisivo para obter-se um empréstimo bancário, um posto na burocracia, uma pensão do governo, a aprovação de uma empresa ou companhia por ações, ou para o êxito numa carreira política. Dessa forma, senadores e conselheiros criaram uma grande clientela.⁸

Os membros da Câmara dos Deputados ocupavam um segundo lugar na hierarquia, se bem que, às vezes, fossem tão poderosos quanto os primeiros. Apesar de eleitos por um período de quatro anos, freqüentemente conseguiam ser reeleitos para várias legislaturas ou detinham importantes cargos administrativos. Muitos encontraram na Câmara um caminho fácil para o Senado e o Conselho de Estado. Assim como os conselheiros de Estado e os senadores, os deputados pertenciam a uma rede polí-

8 Beatriz Westin Cerqueira Leite, *O Senado nos anos finais do Império 1870-1889*. Brasília, 1978; Fernando Machado, *O Conselho de Estado e sua história no Brasil*. São Paulo, 1972; João Camillo de Oliveira Torres, *O Conselho de Estado*. Rio de Janeiro, 1965; A. E. Taunay, *A Câmara dos Deputados*. São Paulo, 1950; Waldemar de Almeida Barbosa, *A Câmara dos Deputados e o Sistema Parlamentar do Governo no Brasil*. Brasília, 1977.

tica de clientela e patronagem, que utilizavam tanto em seu próprio benefício quanto no de seus amigos e protegidos.

O que dava poderes excepcionais a esses políticos, particularmente aos membros do Conselho de Estado, era a centralização excessiva do sistema político brasileiro, que subordinava as províncias ao governo central, os governos municipais às províncias e colocava o poder judiciário, a Igreja, o Exército e até os empresários à mercê dos políticos. O governo central controlava as taxas de importação e exportação, a distribuição de terras desocupadas, os bancos, as estradas de ferro, as sociedades anônimas, assim como determinava a política de mão-de-obra e os empréstimos. Até 1881, nenhuma sociedade anônima podia funcionar sem a autorização do Conselho de Estado. O governo central não só regulamentava, como também amparava empresas locais e estrangeiras, autorizando ou proibindo seu funcionamento, proporcionando subsídios, garantindo juros, estabelecendo prioridades, outorgando isenções fiscais. Não obstante sua inspiração e fraseologia liberais, a Carta Constitucional consolidava um sistema de clientela e patronagem originado no período colonial.⁹ Concedia também ao catolicismo o status de religião de Estado, proibindo o culto público de outras religiões e concedendo à Igreja católica o direito de controlar os registros de nascimento, casamento e morte, bem como os cemitérios.

Outra peculiaridade da Carta de 1824 foi incluir um artigo reproduzindo quase palavra por palavra a Declaração dos Direitos do Homem emitida na França em 1789. Comparado ao original havia, no entanto, algumas omissões bastante significativas e curiosas. Não foi incluído na Carta outorgada o artigo que na versão original francesa dizia “O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação. Nenhum corpo nem indivíduo podem exercer autoridade que não emane expressamente dela”.

9 Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 2.ed., São Paulo, 1975, 2.v.; Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo, 1969; Afonso de E. Taunay, *Memórias*. Rio de Janeiro, 1960; João Camillo de Oliveira Torres, *Os construtores do Império: idéias e lutas do partido conservador brasileiro*. São Paulo, 1968.

Também faltava o artigo VI: “A lei é expressão da vontade geral”. Finalmente, o artigo II: “O objetivo de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e inalienáveis do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência perante a opressão” foi reproduzido omitindo-se as seis últimas palavras. As omissões podem ser explicadas pelo fato de a Carta ter sido promulgada pelo imperador e não ser uma Constituição redigida pelos “representantes da nação”. No entanto, elas expressavam bem as tendências antidemocráticas e oligárquicas das elites brasileiras.

O caráter antidemocrático das elites ficou claro tanto nos debates da Assembléia Constituinte quanto nos da Câmara dos Deputados que a sucedeu. A maioria dos deputados teria feito suas as palavras do ex-revolucionário de 1817, Henriques de Rezende, que, apesar de sua trajetória revolucionária e republicana, declarou na Assembléia Constituinte ser “um inimigo da democracia”.¹⁰ Nessas condições, não é de espantar que homens que tão enfaticamente expressavam sua hostilidade à democracia escolhessem um sistema eleitoral baseado no voto indireto e num certo nível de renda, negando assim o direito ao voto à maioria da população brasileira.

Ficaram excluídos do conceito de cidadão escravos, índios e mulheres. Adotou-se a eleição indireta. Na eleição primária, os votantes escolhiam os eleitores; na secundária, os eleitores escolhiam os deputados e senadores. Ficaram impedidos de votar nas eleições primárias para escolha dos eleitores os menores de 25 anos, com exceção dos casados e oficiais militares maiores de 21; os bacharéis formados e clérigos de ordem sacra. Foram excluídos também os filhos-família, quando vivessem em companhia de seus pais, salvo no caso de exercerem ofícios públicos; os criados de servir, ressaltando-se os guarda-livros e primeiros-caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial que não fossem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas. Estavam também excluídos os religiosos que vivessem em comunidade claustral; os libertos e os criminosos pronunciados em querela ou devassa, assim como todos que não

tivessem renda líquida anual de 100\$000 por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Para a seleção de eleitores a exigência ainda era maior do que para a de votantes. Não podiam ser eleitores e votar nas eleições secundárias, para escolher deputados, senadores e membros dos Conselhos de Província, os que não tivessem no mínimo 400\$000 de renda líquida, fossem brasileiros e professassem a religião católica. Nessas condições, o corpo eleitoral ficou muito reduzido, havendo casos de deputados eleitos com um pouco mais de uma centena de votos.

Durante o Primeiro e o Segundo Impérios, não obstante várias reformas eleitorais (1846, 1855, 1862, 1876 e 1881), o sistema eleitoral foi controlado por uma minoria. Os eleitores, até a queda do Império, representavam entre 1,5% e 2% da população total. Um grupo tão pequeno podia ser facilmente manipulado. A política era mais um produto de alianças ou rivalidades familiares do que de ideologia. As eleições eram controladas pelos chefes locais que, mediante o sistema de clientela e patronagem, podiam carrear votos para seus candidatos favoritos. O apoio obrigava a reciprocidade. Desse modo, por trás da fachada liberal, as influências pessoais, as lealdades individuais e os favores recíprocos eram os ingredientes reais do poder. A retórica política estava subordinada à opinião de uns poucos que controlavam o eleitorado. De tempos em tempos, algum aspirante a político, fugindo à regra, tentava fazer carreira mediante a discussão de temas que talvez fossem demasiado radicais para o gosto das classes governantes. Mas logo que, por algum motivo, conseguia um lugar na Câmara dos Deputados, seu radicalismo convertia-se em moderação.¹¹ Aqueles que persistiam em suas posições radicais eram condenados ao ostracismo político. Essa situação mudou apenas nas últimas décadas do Segundo Império, quando o desenvolvimento econômico e o aparecimento de novos grupos de interesse criaram um novo público favorável a reformas. Mas mesmo então, em razão das restrições da lei eleitoral, a grande maioria da população brasileira seguia

10 Anais do Parlamento Brasileiro, Assembléia Constituinte, 1823, v.I, p.94.

11 Raymundo de Magalhães Jr., Três panfletários do Segundo Reinado. São Paulo, 1956.

sem ter direito ao voto, e os políticos continuavam a depender do apoio das elites.

Se bem que as estruturas políticas, sociais e econômicas favoreciam a criação de uma oligarquia política, sua consolidação não se fez sem lutas. Insufladas pelas facções que disputavam o poder, as massas vencidas em 1822 seriam fator de agitação durante todo o Primeiro Reinado e Regência e veriam, por fim, suas aspirações frustradas. Durante esse período, três facções lutaram pelo poder: a primeira, de tendências conservadoras, favorecia a centralização e apoiava, em princípio, o imperador; a segunda, mais liberal, pretendia dar maior poder ao Parlamento; e a terceira, mais democrática, favorecia a descentralização, o sufrágio universal e a nacionalização do comércio.

O primeiro episódio de uma longa série de confrontos entre esses grupos e entre as elites e o imperador desencadeou-se por ocasião da dissolução da Assembléia Constituinte em 1823 e a promulgação da Carta Constitucional de 1824. Ocorreram então vários levantes no Nordeste (Confederação do Equador). Temendo perder sua autonomia política e ressentindo-se da sua subordinação ao governo central do Rio de Janeiro, as elites regionais rebelaram-se. A sublevação dessas elites permitiu que outros grupos sociais expressassem seu descontentamento. Os rebeldes levantaram o baluarte do federalismo e criticaram o poder excessivo que a Carta Constitucional havia outorgado ao imperador.¹²

Um dos seus mais eloqüentes porta-vozes foi Frei Caneca. Em seu periódico, o *Typhis Pernambucano*,¹³ Caneca argumentava que as condições do Brasil, sua extensão geográfica, a variedade de recursos e população eram mais compatíveis com uma federação do que com um governo centralizado. Condenava tam-

bém a vitaliciedade do Senado e a nobreza. O poder moderador parecia-lhe uma “invenção maquiavélica” (p.270), a “chave-mestra da opressão da nação brasileira”. Os conselhos provinciais criados pela Constituição para governar as províncias eram, a seu ver, “meros fantasmas para iludir os povos” (p.271). Caneca questionava, principalmente, o direito de o imperador promulgar uma Carta Constitucional, usurpando os direitos do povo de expressar sua vontade soberana através dos seus representantes na Assembléia Constituinte. A crítica de Frei Caneca é um exemplo da retórica liberal nesse período. O povo levantou-se no Ceará, em Pernambuco, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Alagoas em nome desses princípios. A Confederação do Equador foi dissolvida pelo Exército e os líderes da revolta, incluindo Frei Caneca, foram condenados à morte.

Os conflitos entre o imperador e as elites, o governo central e as províncias, as elites nacionais e locais não foram resolvidos. Nem a repressão nem o castigo fizeram desaparecer os problemas apontados pelos revolucionários de 1824. Quando a Câmara dos Deputados reuniu-se novamente em 1826, os conflitos voltaram à tona, agravados agora por divergências entre as próprias elites. A organização do sistema educacional, a legislação agrária, a abolição do tráfico de escravos, a liberdade de imprensa, a naturalização de estrangeiros, o recrutamento militar, a liberdade de culto, a organização de conselhos provinciais e municipais, a composição do poder judicial: estes eram alguns dos pontos que dividiam os representantes em dois grupos opostos, um liberal e outro conservador.

Os liberais defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, uma legislação favorável à quebra do monopólio da terra por uns poucos. Opunham-se ao recrutamento militar, apoiavam a liberdade de cultos, favoreciam a descentralização e autonomia das províncias e municípios. Os conservadores situavam-se no outro lado do espectro. Apesar de ser possível identificar essas duas posições com referência aos modelos ideais do que significava ser um conservador ou um liberal, na realidade é impossível encontrar uma coerência total em indivíduos ou grupos. Havia homens como José Bonifácio, liberais em sua visão dos problemas sociais e econômicos, mas conservadores quanto à organização política; havia outros que eram conservadores em

12 Sérgio Buarque de Holanda (Ed.) História geral da civilização brasileira: Brasil Monárquico. São Paulo, 1969-1975, v.1; Felisbela Freire, História de Sergipe. 2.ed. Rio de Janeiro, 1977; Odilon Nunes, Pesquisas para a História do Piauí: Confederação do Equador. Petrópolis, 1977; Gilberto Villar de Carvalho, A liderança do clero nas revoluções republicanas 1817-1824. Petrópolis, 1980; Horácio de Almeida, A História da Paraíba. João Pessoa, 1978, 2v.; João Alfredo de Souza Montenegro, O liberalismo radical de Frei Caneca. Rio de Janeiro, 1978.

13 Antonio Joaquim de Mello, *Typhis Pernambucano*.

assuntos de economia e liberais em questões políticas. Muitos, como Bernardo de Vasconcelos e o próprio José Bonifácio, mudariam de ponto de vista no decorrer de suas vidas políticas, tornando-se ou mais conservadores, como sucedeu ao primeiro, ou mais liberais, como sucedeu ao segundo. Isso não nos impede, entretanto, de registrar as tendências que prevaleciam na Câmara expressando linhas de opinião.

Liberais ou conservadoras, as elites políticas brasileiras acabaram, na sua maioria, por se incompatibilizar com o imperador, o qual se viu forçado a abdicar, em 1831, em favor de seu filho de cinco anos. A regência conduziu ao poder homens como Bernardo de Vasconcelos e Evaristo da Veiga, que durante o Primeiro Império haviam ganho reputação de autênticos liberais, principalmente por seus ataques ao imperador e seus esforços em prol da substituição das instituições coloniais tradicionais por outras mais compatíveis com a nação independente. Em relação à democracia, no entanto, sua posição não divergia muito da de José Bonifácio, a quem sempre haviam considerado um legítimo conservador. Assim como José Bonifácio, eles desprezavam o povo e tinham a intenção de negar-lhe participação política.

O jornal *A Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga é uma das melhores fontes para o estudo do pensamento desses liberais conservadores. “Nada de excessos, a linha está traçada, é a da Constituição. Tornar prática a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberais”, esse era o lema do jornal. Seu ideal era uma monarquia constitucional com participação popular limitada.¹⁴ Antes da abdicação do imperador, Evaristo da Veiga se aliara à oposição liberal e se dedicara a atacar republicanos e absolutistas nas páginas de seu jornal, mas depois da abdicação, diante das crescentes demandas populares, tornou-se cada vez mais conservador. No seu jornal, acusou os liberais radicais de instigar a “luta de classes”, provocar o “ódio de raças” e de tentarem desacreditar a aqueles que, como ele, estavam comprometidos com a ordem e “não desejavam promover um choque violento entre os proprietários e os que nada possuíam”.¹⁵

14 Otávio Tarquínio de Souza, *Evaristo da Veiga*, Rio de Janeiro, 1957; Idem, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Rio de Janeiro, 1957.

15 Otávio Tarquínio de Souza, *Evaristo da Veiga*, p.122.

Evaristo da Veiga, como muitos outros que passaram da oposição à situação, encontrou-se na defensiva. Homem do centro, ele sentia-se ameaçado por aqueles que conspiravam para fazer voltar o imperador, mas temia mais ainda os que queriam colocar as idéias liberais a serviço do povo. “Não temo que o Brasil se despotize, temo que se anarquize”, confessou certa ocasião, “temo mais hoje os cortesãos da gentalha que aqueles que cheiram as capas ao monarca”.¹⁶

A mudança de Evaristo da Veiga do centro para uma posição conservadora ocorreu também com Bernardo Pereira de Vasconcelos, outro famoso político liberal da época.¹⁷ Como muitos outros liberais, começou acusando o imperador de favorecer pessoas de origem aristocrática e de não acatar a Constituição que postulava a igualdade de todos e proibia qualquer distinção ou recompensa que não fosse baseada nos méritos e talentos da cada um.¹⁸ Em nome de princípios liberais, condenava a interferência do Estado na economia e insistia que a iniciativa privada era sempre mais inteligente que o governo.¹⁹ Na Câmara dos Deputados, opôs-se às políticas protecionistas que favoreciam as indústrias locais e falou da necessidade de manter-se o “mais religioso respeito à propriedade e à liberdade do cidadão brasileiro”.²⁰ À semelhança de Evaristo da Veiga, procurou modernizar a justiça, propondo durante o Primeiro Reinado a extinção das antigas instituições coloniais (Tribunal do Desembargo do Paço, Mesa de Consciência e Ordens). Tomou ainda a iniciativa da extinção do Tribunal do Conselho da Fazenda, aparelho obsoleto cuja inutilidade tentou demonstrar num discurso na Câmara visando abolir o caráter quase medieval da justiça, o privilégio de foro aos cavaleiros. Suas lutas visando abolir as instituições coloniais, sua denúncia do despotismo do imperador e dos privilégios e poder da aristocracia, sua oposição

16 *Ibidem*, p.161.

17 Robert Walsh, *Notices of Brazil in 1822 and 1829*. London, 1830, 2v., v.2, p.445-6.

18 APBCD (1828), v.4, p.131-2.

19 Bernardo Pereira de Vasconcelos, *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*. 2.ed. Rio de Janeiro, s. d.

20 Otávio Tarquínio de Souza, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p.79.

à intervenção estatal na economia, seu respeito religioso pela liberdade e pela propriedade definiram a natureza do liberalismo das elites durante esse período. Um liberalismo que depois da Abdicação foi posto à prova nos movimentos revolucionários de 1831, revelando então sua faceta antidemocrática e conservadora.

Durante a Regência, Bernardo Pereira de Vasconcelos, à semelhança de outros liberais, tornou-se cada vez mais conservador. Sua conversão custou-lhe caro. Às vésperas da abdicação do imperador, Vasconcelos era um líder popular, um porta-voz do povo, aclamado por este. Dez anos mais tarde, em 1840, a multidão apedrejou sua casa. O herói de outrora tornara-se, aos olhos do povo, um inimigo execrado.

Respondendo àqueles que o acusavam de ter traído os princípios liberais, Vasconcelos justificou-se perante a Câmara dos Deputados em 1838:

Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que até então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la e por isso sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendi no dia do seu perigo, de sua fraqueza, deixo-a no dia que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete.²¹

Suas palavras receberam aplausos de alguns de seus antigos adversários políticos, Antônio Carlos e José Clemente Pereira, a quem outrora combatera e com quem agora se aliava na defesa de um liberalismo conservador, temendo os excessos dos grupos radicais. Desculpando-se por ter mudado de opinião, Antônio Carlos diria: “Peço a todos que metamos a mão na nossa consciência. Não teremos variado de opinião?”. Razões teria para se pronunciar dessa forma o ex-revolucionário de 1817, republicano convertido em monarquista em 1822, fazendo oposição ao monarca em 1823

²¹ *Ibidem*, p.202.

e acusado, em 1831, de conspirar pela sua volta. Antônio Carlos não fora o único a mudar de idéias diante das demandas democratizantes dos liberais radicais. A vitória dos moderados desse tipo depois da Abdicação significaria a derrota dos liberais de tendências radicais que tinham expressado suas aspirações nas agitações populares que abalaram a Regência desde seus primeiros dias.

O liberalismo radical dos primeiros anos da Regência

Durante o período inicial da Regência, os liberais radicais mantiveram alguns jornais que nos permitem reconstituir suas tendências e reivindicações. Representam eles um projeto de nação de cunho liberal-democrático que não chegou a se concretizar. Entre eles se destaca a *Nova Luz Brasileira*, periódico contundente aparecido em 9 de dezembro de 1829, de propriedade de Ezequiel Correia dos Santos e João Batista de Queiroz, farmacêutico, colaborador da Sociedade Federal. Silenciado pouco tempo depois, em 13 de novembro de 1831, e reaparecendo anos mais tarde, o jornal *Nova Luz Brasileira* expressava as aspirações de artesãos, comerciantes, farmacêuticos, soldados, ourives, representantes da pequena burguesia e das camadas populares urbanas, indignadas com o crescente monopólio do comércio pelos ingleses, hostis aos tratados de comércio que haviam beneficiado os comerciantes e industriais estrangeiros em detrimento do artesanato e do pequeno comércio nacionais, chegando até a sugerir a sua anulação numa linguagem violentamente nacionalista e demonstrando seu descontentamento em ruidosas manifestações populares.²² No seu radicalismo, fazem-nos lembrar os *sans-culottes* da Revolução Francesa. Sua apaixonada retórica frequentemente expressa o desejo de reabilitar velhas instituições e resistir a mudanças. Com esse intuito atacam impiedosamente as elites brasileiras e as instituições que elas haviam criado.²³

²² *Nova Luz Brasileira*, 27 de setembro de 1831.

²³ Para uma listagem de outros jornais radicais do período, ver Nelson Werneck Sodré, *A história da imprensa no Brasil*. São Paulo, 1956. Sobre a *Nova Luz Brasileira*, Otávio Tarquínio de Souza, *Fatos e Personagens em torno de um Regime*, Rio de Janeiro, 1957, p.243.

A Nova Luz combatia os privilégios dos “aristocratas” – a quem responsabilizava pela nova política econômica e aos quais acusava de apoiarem o regime absolutista. Reivindicava a divisão de terras, uma espécie de reforma agrária: o “Grande Fanteusim Nacional”. Recomendava ao governo que fizesse um cadastro de terras e um inventário de bens para acabar com o “disfarçado feudalismo brasileiro” para extinguir os “sesmeiros aristocratas” e impedir que o povo continuasse escravizado. Condenava a escravidão e a discriminação racial, chegando a propor a emancipação dos escravos com a sua adstrição à terra pelo prazo de trinta anos. Sugeria também a abolição do cativo dos filhos de escravas. Pleiteava ainda a elegibilidade para todos os cargos e condenava o absolutismo e os privilégios da realeza. Sonhava com uma federação democrática nos moldes norte-americanos, embora, em nenhum momento, fizesse profissão de fé republicana, mantendo-se fiel ao ideal de uma monarquia constitucional representativa. Defendia, no entanto, um conceito *sui generis* de monarquia eletiva que o editor da Nova Luz Brasileira dizia inspirado em Silvestre Pinheiro Ferreira, um dos autores mais citados no jornal ao lado de teóricos ingleses, principalmente Bentham.

Considerando a anarquia “um mal de sua natureza efêmero e que ordinariamente conduz a um bem maior”, a Nova Luz fazia a apologia da revolução. Tratava-se de uma revolução que visava sobretudo destruir “o poder aristocrático”. Num dos artigos, dizia que a Nova Luz Brasileira acreditava que se devia excluir da eleição “a gente hipócrita e ambiciosa, aristocrata, gente que só acha razão nos ricos capitalistas e poderosos, por mais malvados e ladrões que sejam”. Para combater a “aristocracia”, chegava a sugerir, em 27 de novembro de 1831, o seqüestro dos bens do barão do Rio da Prata, Vilela Barbosa, Baependi e dos conselheiros de Estado.²⁴

Outro tema constante dos radicais nessa fase era a aliança entre a “aristocracia” brasileira e a Santa Aliança. Os “aristocratas” eram apontados como defensores do absolutismo. Num de seus números, o Jurujuba dos Farroupilhas, outro jornal radical da

24 Nova Luz Brasileira, p.207, 246, 428, 651, 697, 807, 911, 957. O Jurujuba do Farroupilha, agosto de 1831, principalmente p.12, 26 ss.

época, criticava os “desprezíveis aristocratas que vendem o Brasil e sua liberdade à má política e à má influência européia”,²⁵ acentuando que o povo composto de “farroupilhas não se vende como os capitalistas de chinelo à Santa Aliança”.

Para os radicais desse período, a história era a história da luta entre os grandes e poderosos e o povo oprimido. Essa idéia aparece expressa várias vezes nos textos da época. A Nova Luz Brasileira atribuía os males do país à “gente de tom que enganou o povo, que traiu a pátria”, criticando tanto a Feijó quanto a Evaristo da Veiga, pela orientação moderada e conservadora que assumiram.

As reivindicações democráticas e as críticas às elites feitas pelos radicais eram, por vezes, formuladas em termos de uma retórica cristã. O Jurujuba lembra em um de seus números que “farroupilha honrado e gente do agrado de Deus, por quanto nosso Redentor quando veio moralizar o mundo e dar-lhe liberdade escolheu os apóstolos e discípulos entre os farroupilhas de barco e rede como os da Jurujuba, desprezando a cáfila dos capitalistas malvados, de quem disse o divino Mestre: é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino do céu” (sic).

Os artigos da Nova Luz e do Jurujuba correspondiam às agitações ocorridas no Rio de Janeiro desde os primeiros meses da Regência, quando os liberais radicais do estilo de João Batista de Queiroz incitavam o povo a se levantar contra aqueles que os enganavam e traíam a pátria, ao mesmo tempo que lembravam aos soldados que eram cidadãos como os demais e que, como estes, deveriam se insurgir contra a postergação de seus direitos e reclamar o governo do povo pelo povo.²⁶ Esse apelo aos soldados não era mero artifício retórico. De fato, na época, muitos soldados mercenários regressavam da guerra na Cisplatina e estavam concentrando-se na cidade do Rio de Janeiro onde se uniam ao povo para protestar contra os aumentos dos preços de alimentos e a circulação de grande quantidade de moeda falsa. Em julho de 1831 houve motins no Rio e a tropa insurreta exigiu a dissolução da Câmara, a destituição do governo e a convo-

25 Ibidem, 30.9.1831.

26 Nova Luz Brasileira, janeiro, 1831.

cação de uma nova Constituinte. Houve quem chegasse a falar em República. Era, segundo Otávio Tarquínio de Souza, um movimento de soldados, não contando com o apoio de oficiais. Estes acabaram formando um batalhão dos Oficiais Voluntários da Pátria, os Bravos da Pátria, como os qualificou a Aurora Fluminense, batalhão que se destacou em várias repressões contra o que era chamado na época a “feroz oklocracia” (domínio da multidão).

Em outras partes do país, tropas do governo também derrotaram os grupos radicais que tinham se levantado. Prenderam-se os líderes revolucionários, desmobilizaram-se muitos soldados e reduziu-se o exército permanente. A lei de 6 de junho de 1831 previa a criação de um sistema repressivo centralizado no Ministério da Justiça. O artigo 11º autorizava o governo a constituir milícias civis e a alistar, armar e empregar cidadãos com a condição de que fossem eleitores, o que denota o caráter classista da medida. A mesma lei atribuía ao governo a faculdade de suspender os juízes de paz “negligentes ou prevaricadores”, dando assim margem a que o governo interferisse diretamente na vida política local através desse dispositivo. Diogo Feijó, então ministro da Justiça, ordenou ao chefe de polícia do Rio de Janeiro que distribuísse armas aos comerciantes interessados em manter a ordem, bem como a três mil cidadãos que preenchessem os requisitos de eleitores; em outras palavras, que dispusessem de renda anual de 200\$000 ou mais. Essa foi a origem da Guarda Nacional, que viria a se tornar nas mãos do governo uma arma política a ser usada contra a oposição.²⁷

O Matraca dos Farroupilhas, outro jornal radical, comentando na linguagem pitoresca do tempo as medidas tomadas pela regência, denunciava que o “farroupilhíssimo padre Feijó d’in illo tempore” convertera-se no “herói dos Capitalistas de Rocha e Quartilho”.²⁸ À semelhança de Bernardo de Vasconcelos, Evaristo

27 Otávio Tarquínio de Souza, Diogo Antônio Feijó. Rio de Janeiro, 1957, p.166; Paulo Pereira de Castro, A experiência republicana, 1831-1840. In: Sérgio Buarque de Holanda (Ed.) História geral da civilização brasileira: Brasil monárquico, v.2, p.16; Alcir Lenharo, As tropas da moderação. São Paulo, 1919.

28 Idem, op. cit., p.20.

da Veiga, Andrada e Silva e muitos outros, o ultraliberal Feijó assumiu uma posição cada vez mais conservadora diante da agitação popular.

Reprimidos os levantes, Feijó afirmou que “o brasileiro não foi feito para a desordem, que o seu natural é o da tranqüilidade e que ele não aspira outra coisa além da constituição jurada, do gozo de seus direitos e de sua liberdade” – afirmação que, se bem que desmentida muitas vezes pelos fatos, tornou-se uma das crenças que, juntamente com o mito da democracia racial e da benevolência das elites brasileiras, vieram a constituir o núcleo da mitologia social que perdurou até o século XX.

Apesar das medidas repressivas de Feijó e de seus comentários otimistas, a luta entre liberais radicais e moderados em vias de se converterem em conservadores não havia terminado. Se bem que severamente reprimidos, os radicais não estavam totalmente derrotados. Suas exigências de descentralização encontraram eco na Câmara dos Deputados e foram dados alguns passos nessa direção, com a aprovação do Código de Processos e do Ato Adicional.

O Código de Processos, aprovado em 29 de novembro de 1832, configurava-se como um dos principais instrumentos da descentralização. Tornava a autoridade judiciária independente do poder administrativo, submetendo-a à eleição. Estendia a jurisdição criminal à competência dos juízes de paz, também eleitos. O promotor, o juiz municipal e o juiz de orfãos – que até então tinham sido nomeados pelo governo central – passaram a ser escolhidos a partir de uma lista tríplice proposta pela Câmara Municipal. O Código também conferiu amplos poderes ao júri. Nesse sentido, o Código de Processos foi uma conquista dos liberais radicais. Mas, nem bem aprovado o Código, já se cogitava na Assembléia de anular a autonomia local recém-concedida e de restringir o seu caráter democrático. A concessão liberal e democratizante provocara uma reação conservadora, que acabou por prevalecer alguns anos mais tarde com a aprovação da lei de 1841 que reviu o Código de Processos, restringindo o poder dos juízes eletivos e ampliando a área de influência dos representantes do governo no poder judiciário e policial – revisão perfeitamente coerente com o espírito do liberalismo regressista que imperava nessa fase.

Da mesma forma, os projetos liberais dos primeiros dias da Regência – autonomia municipal, extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado, veto imperial sujeito a contraste do legislativo, supressão do conselho de Estado, Senado renovável na terça parte a cada legislatura, transformação dos Conselhos Provinciais em Assembléias Legislativas Provinciais, autonomia financeira das províncias, discriminação de rendas públicas nacionais e provinciais – não se realizariam plenamente. Muitas dessas reivindicações provenientes da Câmara dos Deputados, onde os liberais radicais tinham maior representação, cairiam por terra no Senado, reduto dos elementos mais conservadores.

Da luta entre liberais radicais, de um lado, e moderados e conservadores, de outro, resultaria o Ato Adicional de 1834, forma conciliatória encontrada temporariamente pelos vários grupos em jogo. Concordou-se com a supressão do Conselho de Estado, mas mantinham-se a vitaliciedade do Senado e o Poder Moderador. Os Conselhos Provinciais foram transformados em Assembléias Legislativas, aprovaram-se a discriminação de rendas e a divisão dos poderes tributários, mas rejeitou-se a autonomia municipal, mantendo-se os municípios subordinados ao governo provincial. Por sua vez, o presidente da província seria nomeado pelo governo central. Se bem que fosse produto de uma conciliação entre conservadores e liberais, ou talvez por isso mesmo, assim que o Ato Adicional foi aprovado, já se cogitava de revê-lo.

Até certo ponto, o Código de Processos e o Ato Adicional representavam uma vitória dos setores mais liberais. Mas nem bem aprovados, foram criticados por aqueles que temiam que a autonomia local viesse a reduzir seu poder e que estavam ansiosos por eliminar as concessões que haviam feito sob pressão. O clima de desordem persistente em diversas partes do país reforçava seus propósitos. As eleições de 1836 – nas quais votaram menos de seis mil pessoas num total de três milhões – deram a vitória aos conservadores e marcaram o começo do que se chamou o regresso.

A essa altura, o desenvolvimento das plantações de café nos arredores do Rio de Janeiro havia fortalecido a base parlamentar dos conservadores. Os produtores de café haviam estabelecido uma aliança com os proprietários de engenho de açúcar no Nor-

deste e junto com os grupos exportadores e importadores tinham conseguido assumir o controle do governo central. O crescimento das importações minava ainda mais a posição dos pequenos comerciantes e artesãos que haviam constituído as bases dos movimentos radicais no Rio e em outras cidades portuárias.

Vitória do liberalismo regressista

Em 1840, com a esperança de que a coroação do segundo imperador traria paz à nação, o Parlamento decidiu outorgar maioria ao príncipe, que tinha na ocasião apenas quatorze anos de idade. Ao mesmo tempo, aprovaram-se várias leis conservadoras que fortaleceram o poder do governo central. Os juizes de paz continuaram sendo eleitos, mas perderam várias de suas atribuições, que passaram para a polícia e para os juizes nomeados pelo governo central. Diminuiu-se também a jurisdição dos jurados, ao mesmo tempo que se ampliou a dos juizes. O mesmo sentimento conservador inspirou mudanças na organização da Guarda Nacional. Os oficiais eleitos foram substituídos por militares nomeados pelo governo. A Guarda Nacional, em vez de servir principalmente os interesses das elites locais, converteu-se em instrumento do governo central. Finalmente, foram restabelecidos o Conselho de Estado e o Poder Moderador, que haviam sido suspensos durante a menoridade do imperador Pedro II. Essas medidas representaram um retrocesso em relação ao Código de Processos e ao Ato Adicional e conferiram ao governo central e às elites nacionais um poder que jamais haviam tido.²⁹

Contrariamente às expectativas das elites, entretanto, a ascensão de Pedro II ao trono em 1840 não pacificou o país. Por mais de dez anos, a nação foi abalada por levantes em diferentes

29 Ver Coleção das Leis do Brasil, anos 1840 e 1841. Um relato interessante dos acontecimentos que precederam o golpe de 1840 pode ser encontrado em Tristão de Alencar Araripe, Aurelino Leal, *O golpe parlamentar da maioria*. Brasília, 1978. Para o significado da reforma jurídica, ver Thomas Flory, *Judge and Jury in Imperial Brazil: The Social and Political Dimensions of Judicial Reforms, 1822-1848*. Ph. D. University of Texas, Austin, 1975; Jeanne Berrence de Castro, *A milícia cidadã: a Guarda Nacional, de 1831 a 1850*. São Paulo, 1977.

regiões. Uma onda revolucionária varreu o Norte e o Nordeste entre 1837 e 1848 (Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Praieira), e entre 1835 e 1845 a província do Rio Grande do Sul enfrentou uma devastadora guerra civil (Farrapos). Em 1842, irromperam revoluções em Minas Gerais e em São Paulo. Todos esses movimentos revolucionários eram indicadores das resistências que o governo imperial tinha de superar para estabelecer a sua hegemonia.³⁰

De 1831 a 1848, a retórica liberal radical continuou a ser usada pelos líderes revolucionários para justificar a rebelião. Em Pernambuco, o vocabulário político dos revolucionários revelava matizes socialistas, que lembravam Fourier, Lacordaire e Louis Blanc, mas o tom predominante era liberal. Federalismo, sufrágio universal, liberdade de expressão, garantia de direitos individuais, abolição do Poder Moderador, separação dos poderes, extinção do recrutamento militar, nacionalização do comércio e reforma agrária eram temas que apareciam constantemente na imprensa radical. O discurso liberal continuava a expressar aspirações diversas e por vezes contraditórias. No entanto, a maioria das pessoas que aderiram aos movimentos revolucionários não agiu movida por razões ideológicas. Os motivos eram bastante pragmáticos e concretos. As elites locais protestavam contra a perda de poder e as intrusões do governo central em suas comunidades; irritavam-se com a substituição de autoridades escolhidas pelo voto por outras designadas pelo governo; reclamavam da arrecadação de novos impostos; opunham-se à intervenção do governo central nas eleições locais e o seu controle sobre a iniciativa privada. Os artesãos e comerciantes nativos protestavam contra o crescente monopólio do comércio por estrangeiros favorecidos por tratados comerciais. Os homens do campo e as populações urbanas mais pobres rebelavam-se contra o recru-

30 Autos dos Inquéritos da Revolução de 1842 em Minas Gerais. Brasília, 1979; Odilon Nunes, Pesquisas para a História do Piauí. Rio de Janeiro, 1975, 8v., v.3; Manuel Correia de Andrade, Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrada e Novembrada. Recife, 1971; Felisbello Freire, História de Sergipe. 2.ed. Petrópolis, 1977; F. A. Pereira da Costa, Cronologia histórica do Estado do Piauí. 2.ed. Rio de Janeiro, 1974; Moacyr Flores, Modelo político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farrroupilha. Porto Alegre, 1978; Izabel Andrade Marson, Movimento Praieira, imprensa, ideologia e poder político. São Paulo, 1980.

tamento militar forçado e o aumento do preço de alimentos. Os soldados amotinavam-se porque não se lhes pagava o soldo.

Conflitos raciais e de classe, tensões entre ricos e pobres, estrangeiros e naturais da terra, brancos e pretos; recusa por parte das elites regionais em se submeter ao governo do Rio de Janeiro, a luta pelo poder entre vários segmentos das elites no nível regional, todas essas razões motivaram os levantes que mantiveram o governo central em estado de permanente alerta por um período de cerca de vinte anos a partir da abdicação de Pedro I. Frequentemente, as linhas de conflito eram difíceis de ser traçadas em razão do sistema de clientela e patronagem que tornava aliados os mais improváveis companheiros.

Durante esses anos de luta foram tomando forma dois partidos políticos: o liberal e o conservador. Em teoria, cada um tinha um programa diferente. Durante os primeiros anos da Regência, liberais e conservadores usaram discursos diversos e pareciam estar batalhando por causas distintas. Os liberais eram federalistas, favoreciam a autonomia local, exigiam a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado, opunham-se à vitaliciedade do Senado e à intromissão do governo na economia, eram favoráveis ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto. Defendiam o princípio de que o rei reina, mas não governa. Os conservadores defendiam a posição oposta: a centralização, o Poder Moderador, o Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado, a religião católica como religião de Estado e o princípio de que o rei reina e governa.³¹

A Conciliação

Na prática, no entanto, as divergências políticas não eram tão profundas quanto pareciam. Durante a Regência, o temor aos radicais havia aproximado liberais e conservadores, tornando suas diferenças cada vez menos relevantes. Quando os mo-

31 Américo Braziliense d'Almeida e Mello, Os programas dos partidos e o Segundo Império. São Paulo, 1978; José Murilo de Carvalho, Elite and State Building in Imperial Brazil. Ph. D. University of Stanford, 1974 (publicado em português com o título A construção da ordem: a política Imperial. Rio de Janeiro, 1980).

vimentos revolucionários foram finalmente subjugados e o aparelho do Estado reforçado, liberais e conservadores serviram juntos nos mesmos ministérios. Essa cooperação entre partidos, conhecida como a Conciliação, começou em 1852 e durou cerca de dez anos. Durante esse período, as palavras liberal e conservador converteram-se em meras etiquetas. Era voz corrente que nada parecia mais com um liberal do que um conservador. Uma vez no poder, os liberais se esqueciam das demandas que haviam feito quando na oposição. De outro modo, os conservadores no poder realizavam as reformas pelas quais os liberais tinham lutado. As etiquetas partidárias e as plataformas não tinham muito significado para a maioria dos políticos. No partido liberal havia indivíduos de tendências conservadoras, e entre os membros do partido conservador contavam-se alguns políticos cujas opiniões eram mais liberais do que as dos seus adversários. Ferreira Vianna, por exemplo, era uma importante figura do partido conservador. Ocupou cargo de deputado em várias legislaturas entre 1869 e 1889 e apresentava-se como um homem conservador, um homem – segundo ele – que em sua casa gostava de ter a jarra sempre no mesmo lugar para poder encontra-la à noite. Mas apesar do seu alardeado conservadorismo, Ferreira Vianna era um grande crítico do poder do imperador, opunha-se à intervenção do Estado na economia e apoiava a autonomia local e das províncias.³² Todos esses itens pertenciam à plataforma do partido liberal. Zacarias de Góes, uma das principais figuras do partido liberal e autor do famoso livro *Da natureza e limites do Poder Moderador*, no qual ele defendia a tese de que o rei reina, mas não governa, era um dos mais eloqüentes defensores da Igreja no famoso conflito entre os bispos e o governo em 1874. Juntamente com seu adversário político, o conservador Ferreira Vianna, o liberal Zacarias de Góes serviu de advogado dos bispos no processo aberto contra eles pelo gabinete conservador comandado pelo barão do Rio Branco, principal inimigo dos bispos.³³

32 Raymundo de Magalhães Jr., *Três panfletários*, p.218-75.

33 Sobre o conflito entre Igreja e Estado, ver George Boehler, *The Church in the Second Reign, 1840-1889*. In: Henry Keith, S. F. Edwards (Ed.) *Conflict and Continuity in Brazilian Society*. Columbia, S. C., 1969, p.113-40; Mary Thorton, *The Church and Freemasonry in Brazil, 1872-1875*. Washington, 1948; Antonio Carlos Villça, *A história da Questão Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro, 1974; Nilo Pereira, *Conflito entre Igreja e Estado*. Recife, 1976.

Era comum encontrar liberais apoiando causas conservadoras e vice-versa, principalmente quando os assuntos em discussão eram altamente controversos, como a Questão Religiosa ou a Abolição da escravidão. Quando um projeto-lei propondo a emancipação das crianças nascidas de mãe escrava foi discutido no Parlamento, houve liberais e conservadores de ambos os lados, tanto a favor quanto contra. O mesmo sucedeu mais tarde quando se votou um projeto-lei que libertava os escravos que tivessem atingido a idade de sessenta anos.³⁴ Quando se discutiram no Parlamento as medidas contra os bispos que haviam desobedecido à Constituição que lhes proibia pôr em prática bulas papais sem a aprovação do governo, alguns liberais, como Nabuco, apoiaram o gabinete conservador, outros liberais – como Zacarias de Góes – apoiaram os bispos. Em nenhuma dessas ocasiões a disciplina partidária foi respeitada.

A divisão interna dos partidos e a falta de comprometimento ideológico ajudam a explicar a grande instabilidade dos gabinetes. Durante os 49 anos do reinado de Pedro II houve 39 gabinetes. Os dissidentes de um partido no poder freqüentemente apoiavam a oposição e acabavam por contribuir para a derrubada de seu próprio partido do governo. De outro modo, quando as elites estavam de acordo a respeito de alguma questão política importante, o revezamento dos partidos políticos não fazia diferença fundamental.

Nas últimas décadas do Império, no entanto, com o aumento das diferenças sociais e econômicas e as crescentes divergências entre os vários segmentos das elites, o revezamento dos partidos tornou-se mais significativo. Mas, mesmo então, era possível a um liberal, como Martinho de Campos, líder de um gabinete que durou apenas seis meses em 1882, afirmar no seu discurso inaugural: “Hoje é que se pode dizer como o finado Visconde de Albuquerque – são duas coisas muito parecidas – um liberal e um conservador – e podia mesmo acrescentar-se um republicano, porque têm todos os mesmos ares de família. Vivemos às mil maravilhas na mesma canoa e não temos dificuldades

34 Sobre as votações, ver Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley, 1972, p.301.

quanto às opiniões...”.³⁵ Alguns meses mais tarde, Ferreira Vianna, comentando a semelhança entre os dois partidos, notava, no seu estilo irônico habitual, que fazia rir ao Parlamento: “a oposição de hoje diz o que dizia a oposição de ontem, atualmente no poder, para glorificar atos que condenara”.³⁶ Machado de Assis, o grande romancista do século XIX, descreveu bem essa realidade quando fez que a esposa de um de seus personagens, cujo partido havia sido derrotado, aconselhasse o marido a mudar de partido e apoiar seus adversários políticos: “Você estava com ele como a gente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas idéias para dançar a mesma quadrilha”.³⁷ “Farsa”, “comédia”, “teatro” e “baile” foram termos usados com frequência pelos políticos para definir a política. “Estou cansado de representar nesta comédia política”, exclamava Ferreira Vianna.³⁸ Suas palavras lembravam as de Sales Torres Homem, que, em uma carta ao futuro visconde de Ourem, confessava: “Perdi a saúde e também todas ilusões. Entretanto, acho-me pela segunda vez no Ministério, representando um papel no teatro das quimeras”.³⁹

A semelhança entre os dois partidos, o ar de família de que falava Martinho de Campos eram produto da semelhança de suas bases sociais. No passado, alguns historiadores identificaram o partido liberal com grupos urbanos e o partido conservador com fazendeiros. Outros fizeram exatamente o oposto, notando laços entre os homens de negócios e os burocratas e o partido conservador e identificando o partido liberal com os interesses agrários. Ambas avaliações eram meras conjecturas baseadas em impressões pessoais e por isso provavelmente equivocadas, pois, dependendo da época, ser conservador ou liberal não significava necessariamente algo diverso. Mais recentemente, Murilo de Carvalho chegou à conclusão mais fundamentada de que os interesses agrários estavam igualmente representados nos dois partidos. Também notou que comerciantes

35 Barão de Javari, Organizações e programas ministeriais. 2.ed. Rio de Janeiro, 1962, p.196.

36 Raymundo de Magalhães Jr., Três panfletários, p.247.

37 Machado de Assis, Esaú e Jacó, p.181.

38 Raymundo de Magalhães Jr., Três panfletários, p.252.

39 Ibidem, p.42.

e burocratas encontravam-se em maior número no partido conservador e os profissionais liberais no partido liberal.⁴⁰ Essa categorização se esclarece quando nos lembramos de que o partido conservador esteve mais tempo no poder (26 anos, contra 13 dos liberais) e, portanto, teve mais oportunidade de exercer patronagem, o que explica a maior incidência de burocratas no partido conservador.

Considerando que tanto liberais como conservadores eram porta-vozes dos grupos sociais bastante semelhantes, não é de surpreender que a filiação partidária fosse geralmente mais uma questão de família e parentesco do que de ideologia. Até as últimas décadas do Império, a luta política era pouco mais que uma luta pelo poder entre facções lideradas pelas famílias mais prestigiosas. Isso não diminuía em nada a intensidade da competição política nem a paixão da disputa eleitoral. De fato, ambos os partidos recorriam a todo tipo de manobras políticas para manter-se no poder, e a fraude eleitoral era prática muito difundida. Na época de eleições, os gabinetes demitiam os funcionários e presidentes de província leais à oposição, criavam distritos eleitorais (paróquias) onde tinham amigos e aboliam os controlados pelos seus adversários. Perseguiam os que votavam na oposição, ameaçando-os com o recrutamento, enquanto recompensavam os aliados com empregos, promoções e sinecuras. O gabinete mobilizava a Guarda Nacional para intimidar a oposição, forçando os votantes a permanecerem em casa no dia da eleição. Quando tudo isso falhava, recorriam à violência. Os eleitores da oposição eram freqüentemente expulsos das igrejas onde deveriam votar. As urnas eram roubadas e reapareciam recheadas com um número muito maior de votos do que se podia esperar dos eleitores registrados. Às vezes, até mesmo urnas eram trocadas.⁴¹ Toda essa luta pelo poder, no entanto, tinha mais a ver com a competição entre facções do que com conflitos ideológicos fundamentais.

40 José Murilo de Carvalho, A composição social dos partidos políticos imperiais. Cadernos do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Minas Gerais, v.2, p.1-34, dez. 1974.

41 Barão de Javari, Organizações e programas ministeriais, p.84.

Ordem e Progresso: o fim da Conciliação e a volta do reformismo

Nas últimas décadas do Império a competição política adquiriu novo significado. O desenvolvimento econômico e as mudanças sociais que ocorreram no país a partir dos anos 50 trouxeram para a arena política novos grupos de interesse, tornando impossível manter a aliança entre os dois partidos. A Conciliação rompeu-se. Enquanto na primeira metade do século XIX os liberais tinham se tornado cada vez mais conservadores, na segunda metade, o movimento foi em direção oposta. Nos anos 60, um número crescente de políticos abandonou o partido conservador para aderir ao partido liberal. Esse foi o caso de Araújo Lima, marquês de Olinda, Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes e Vasconcelos, marquês de Paranaguá, Sinimbu, e Saraiva. Justificando sua conversão, Nabuco de Araújo, que no passado fora um dos que apoiaram a Conciliação, disse que se convenceram de que, em vez de lutar contra a crescente corrente democrática, o homem de Estado devia tentar guiá-la para que não fosse fatal à nação. Foi com esse espírito que Nabuco de Araújo e outros políticos conservadores que se haviam unido ao partido liberal fundaram a Liga Progressista em 1864, comprometendo-se com um programa de reformas.⁴² A partir de então, a voz dos liberais se fazia ouvir novamente e a sua retórica ganhou novo prestígio. Os liberais desencavaram velhos temas que haviam permanecido enterrados desde a revolução de 1848 em Pernambuco e voltaram a falar em nome do “povo”. Nos seus discursos, a palavra povo aparecia freqüentemente ao lado de outras expressões favoritas, tais como “progresso”, “razão” e “ciência”.

A declaração de guerra contra o Paraguai em 1864 forçou os liberais a adiar seu projeto. Mas, em 1868, a queda do ministério liberal e sua substituição por um ministério conservador desencadeou uma crise política de amplas proporções, culmi-

42 Para maiores detalhes, ver Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. São Paulo, 1936, 3v.; João Camillo de Oliveira Torres, *A democracia coroada*. Rio de Janeiro, 1957; Raymundo Faoro, *Os donos do poder*.

nando num manifesto do partido liberal em favor da descentralização, da transformação do Conselho de Estado em órgão exclusivamente administrativo, da abolição da vitaliciedade do Senado, das eleições diretas, da extensão do direito de voto aos não-católicos, da autonomia do judiciário, da criação de um sistema de educação independente do Estado, da secularização dos cemitérios, da liberdade religiosa e da emancipação gradual dos escravos. Apesar do tom reformista, o manifesto não satisfez os grupos mais radicais do partido e estes lançaram outro manifesto exigindo a abolição do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da escravidão. Também exigiram eleições diretas, sufrágio universal, eleições para governadores provinciais e chefes de polícia.

Alguns meses mais tarde, um grupo de políticos, entre os quais alguns dissidentes do partido liberal, fundou um partido republicano. Seu manifesto pouco acrescentava aos dois anteriores. Limitava-se a denunciar que no Brasil a liberdade de consciência era anulada por uma Igreja privilegiada; a liberdade econômica era suprimida por uma legislação restritiva; a liberdade de imprensa ficava subordinada à discricção de funcionários do governo; a liberdade de associação dependia da aprovação governamental; a liberdade de educação era limitada pela inspeção arbitrária do governo; a liberdade individual era ameaçada pela prisão, pelo recrutamento, pela Guarda Nacional, e o indivíduo era privado até mesmo da garantia do habeas corpus.⁴³ Após repetir demandas incluídas nos manifestos liberais, os republicanos sugeriam a criação de uma Assembléia Constituinte com poderes para mudar o sistema de governo.

Uma análise desses três documentos revela que, excetuando-se as diferenças óbvias entre republicanos e monarquistas, todos tinham os mesmos objetivos: minar as estruturas de poder que sustentavam as oligarquias tradicionais, limitar a influência

43 Reynaldo Carneiro Pessoa, *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo, 1973, p.37-62. Para um estudo do partido republicano, ver George Boehrer, *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano no Brasil, 1870-1889*. Rio de Janeiro, 1954; José Maria dos Santos, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: subsídios para a História da República*. Rio de Janeiro, 1960; Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*.

do governo no setor privado e incrementar a autonomia provincial. Apenas a facção radical do partido liberal propunha a imediata abolição da escravidão.

O programa de reformas respondia ao sentimento crescente de insatisfação entre vários setores da sociedade. Ele dirigia-se às classes médias, principalmente ao setor profissional e burocrata, cansado das incertezas da patronagem política, e aos empresários e negociantes oprimidos pelos regulamentos do governo. Falava também aos militares que durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) tinham ficado mais coesos e mais conscientes das deficiências do Exército brasileiro e mais hostis à interferência dos civis. Falava ainda a nova geração de políticos que via no programa de reformas um veículo para a sua ascensão ao poder. Intelectuais encontraram na campanha reformista novas fontes de inspiração e um público cativo. O programa reformista também atraía a algumas elites regionais, particularmente em São Paulo, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. O desenvolvimento econômico desigual, a crescente competição por subsídios governamentais, os conflitos de interesse em relação a políticas imigratórias, a abolição da escravatura e tarifas e empréstimos tinham tornado alguns setores das elites conscientes das desvantagens da centralização.

Tão universalmente reconhecida era a necessidade de reformar o Estado que até mesmo os conservadores se sentiram obrigados a apoiar algumas reformas, principalmente depois que o imperador se manifestou publicamente em favor delas.⁴⁴ O ministério conservador do barão do Rio Branco (1871-1875) assumiu a responsabilidade de promovê-las. Considerando o seu desempenho histórico, não é de espantar que um gabinete conservador realizasse reformas propostas por liberais, se bem que moderasse o seu escopo de forma a torná-las aceitáveis à suas bases. Mais surpreendente é o partido liberal ter tomado o poder em 1878, depois de dez anos de ostracismo político, e não ter empreendido as reformas que havia proposto quando estava na oposição.

44 D. Pedro II, *Conselhos à Regente*. Introdução de J. C. de Oliveira Torres. Rio de Janeiro, 1958; *Falas do Trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. São Paulo, 1977.

Em 1889, quando o líder do ministério liberal, o visconde de Ouro Preto, apresentou seu programa ao Parlamento,⁴⁵ as reformas que ele propôs soaram muito familiares aos ouvidos dos que o escutaram. O ministro propôs a abolição da vitaliciedade do Senado, a redução do Conselho de Estado a um órgão exclusivamente administrativo, a eleição das autoridades municipais, a escolha dos presidentes e vice-presidentes de província entre os mais votados nas eleições, sufrágio universal, liberdade de culto, reforma do sistema de educação a fim de estimular a iniciativa privada – todas essas sugestões que haviam figurado no programa do partido liberal por mais de vinte anos nunca tinham sido postas em prática porque os políticos pertencentes ao partido liberal tinham hesitado, tanto quanto seus opositores do partido conservador, em promover reformas que poderiam vir a enfraquecer seu poder. Para muitos, a proposta de reformas não passava de puro artifício retórico.

A relutância das elites que estavam no poder em promover as reformas propostas pelo visconde de Ouro Preto resultou no golpe militar de 1889 que derrubou a Monarquia. Os liberais revelaram-se incapazes de realizar o programa de reformas que haviam proposto. Ironicamente, com exceção da Abolição, que foi aprovada em 1888, as reformas só foram implementadas depois que os republicanos se aliaram aos militares e derrubaram o regime monárquico.

A incapacidade dos liberais brasileiros de realizar os ideais do liberalismo transcende a política. Ela atinge o âmago da cultura e da sociedade. Ideologicamente, os liberais estavam comprometidos com um programa que, se implementado plenamente, reduziria o papel da patronagem. Mas os políticos eram criaturas da patronagem e seus manipuladores. A sociedade brasileira estava permeada de alto a baixo pela prática e pela ética da patronagem. Durante todo o Império, os liberais, como os demais membros das elites brasileiras, tinham sido basicamente conservadores e antidemocráticos. Seu alvo fora sempre conciliar a ordem com o progresso, o status quo com a modernização. Com exceção da Abolição, a maioria das reformas propostas pelos

45 Barão de Javari, *Organizações e programas ministeriais*; ver também APBCD, 11 de junho de 1889.

liberais tinha sido exclusivamente política e não alterava as estruturas econômicas e sociais mais profundas, nem incrementava a participação popular na vida política da nação. A reforma eleitoral de 1881, considerada por muitos uma conquista democrática, não acarretou a expansão do eleitorado. De fato, o número total de eleitores diminuiu. O único efeito que a reforma eleitoral teve foi dar mais peso ao voto urbano, pois, de acordo com a lei, os eleitores tinham de ser alfabetizados – condição mais fácil de ser satisfeita nas cidades. Nenhuma reforma que os liberais realizaram eliminou o conflito profundo entre a retórica liberal e o sistema de patronagem que marcava suas vidas e suas carreiras.

Os valores associados ao liberalismo: valorização do trabalho, poupança, apego às formas representativas de governo, supremacia da lei e respeito pelas Cortes de justiça, valorização do indivíduo e da sua autonomia, a crença na universalidade dos direitos do homem e do cidadão, todos esses dogmas típicos do credo liberal tinham dificuldade em se afirmar numa sociedade escravista que desprezava o trabalho manual, cultivava o ócio e a ostentação, favorecia os laços de família, afirmava a dependência, promovia o indivíduo em razão de seus laços de parentesco e amizade em vez de seus méritos e talentos como rezava a Constituição, instituiu o arbítrio, fazia da exceção a regra e negava os direitos do homem e do cidadão à maioria da população. As elites brasileiras não podiam ignorar que o liberalismo nada tinha a ver com a realidade vivida por milhões de brasileiros. Mas atribuíam essa deficiência ao atraso. Imaginavam que nos países “civilizados” as práticas liberais seguiam de perto a teoria. Enquanto na França e na Inglaterra os liberais que se sentiram ameaçados pelas reivindicações populares começavam a criticar o liberalismo, e alguns até mesmo chegaram a pôr em dúvida a sua eficácia, no Brasil, o liberalismo continuava a funcionar como utopia, uma promessa a ser cumprida. Apontava-se para a distância entre o país real e a teoria liberal, criticava-se a sua prática, mas não suas premissas.

Foi a esperança de que a promessa poderia ser cumprida que nos anos 70 inspirou a crítica às instituições, crítica essa que expressava uma crença ingênua na capacidade redentora do progresso, da ciência e das reformas institucionais. Desiludidos com

a prática do liberalismo no Brasil (mas não com a teoria), muitos reformistas do fim do Império encontraram no positivismo a sua fonte de inspiração.⁴⁶ Em Comte eles buscaram as justificativas ideológicas para pôr em prática um programa que visava reduzir o Estado a mero guardião da ordem social e, ao mesmo tempo, conciliar a ordem com o progresso. O respeito de Comte pelas liberdades civis, sua defesa da liberdade de culto, de associação, de opinião, seu apoio à livre iniciativa, seu respeito pela hierarquia social exerciam uma grande atração entre aqueles que endossaram o programa liberal, em 1868, e o republicano, em 1870. As idéias de Comte relativas à família – que ele considerava a unidade básica da sociedade –, suas noções sobre o papel da mulher agradavam a homens que viviam numa sociedade em que a ideologia patriarcal predominava entre as elites. A crítica de Comte às elites tradicionais tornava suas idéias ainda mais atraentes aos olhos das novas gerações.

Enquanto o liberalismo continuava a ser uma utopia para as elites, para a grande maioria da população brasileira enredada num sistema de patronagem e clientelismo, o liberalismo não era senão retórica vazia. Por isso o liberalismo no Brasil não chegou a ter o efeito mascarador que chegou a ter em outros países. Não se tornou hegemônico. Essa função foi desempenhada pela ética da patronagem. Estabelecendo relações verticais definidas em termos de favores recíprocos entre indivíduos das classes dominantes e os das classes subalternas, a patronagem ocultou tensões entre raças e entre classes (com exceção, evidentemente, das relações entre senhores e escravos). Através da patronagem, indivíduos de talento, pertencentes às classes subalternas, eram cooptados pelas elites. Atrás de cada self-made man havia sempre um padrinho para lembrá-lo de que não teria sido bem-sucedido por sua própria conta. Essa experiência era resumida num ditado popular: “Quem não tem padrinho, morre pagão”. No sistema de clientela e patronagem os políticos não eram vis-

46 João Camillo de Oliveira Torres, *O positivismo no Brasil*. Petrópolis, 1964; João Cruz Costa, *O positivismo na República. Notas sobre a História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, 1956; Robert Nachman, *Positivism, Modernization and the Brazilian Middle Classes*, HAHR, v.57, p.1-23, fev. 1977; Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*. São Paulo, 1964.

tos como representantes do povo, mas como padrinhos. O Estado aparecia como distribuidor de benesses e os direitos do cidadão, como concessões ou privilégios. O sistema de patronagem baseada em lealdades pessoais e troca de favores implicava a subserviência do eleitorado ao chefão local, a conivência das Cortes de justiça com as classes dominantes, o sistemático desrespeito pela lei e a legitimação do privilégio.

A coexistência da ética da patronagem com a ética liberal reproduzia, no nível ideológico, a experiência de pessoas vivendo numa sociedade em que o capitalismo se desenvolveu dentro de uma rede de patronagem. Traduzia também as contradições dessa forma híbrida de burguês-aristocrata (*bourgeois gentilhomme*), característico das elites imperiais brasileiras – um indivíduo que vivia no Brasil com os olhos na Europa, “que tinha um olho no lucro e outro na etiqueta”; que se utilizava de escravos para produzir para o mercado internacional; e que dependia da reprodução de estruturas arcaicas para incrementar o processo de acumulação de capitais.

As contradições entre a ética do liberalismo e a ética da patronagem tornaram possível aos brasileiros avaliar o liberalismo da perspectiva da patronagem e a patronagem da perspectiva do liberalismo, o que conferiu às ideologias uma relativa transparência. Nada melhor para definir a especificidade do liberalismo no Brasil do século XIX do que uma frase de Machado de Assis: “No Brasil a ciência política acha um limite na testa do capanga”.⁴⁷

47 Machado de Assis, *Crônicas (1878-1888)*. In: *Obras completas*, v.4, p.10.